

TRABALHADORES DOS CENTROS DE CONTACTO

Contra a exploração, é preciso organização

A pandemia de COVID-19 e as medidas tomadas para a combater provocaram profundas alterações nos Centros de Contacto, desde um número extraordinário de trabalhadores enviado para o teletrabalho até à resposta das diferentes empresas à conjuntural redução da procura em alguns segmentos de actividade (despedimentos, não renovações, antecipação compulsiva de férias, lay-off, etc.).

Como em qualquer crise, esta está a revelar as contradições e fragilidades já existentes. A maior delas é a referente ao próprio **modelo, assente na subcontratação**, muitas vezes na subcontratação da subcontratação, com a pulverização das relações laborais, **a desorganização dos trabalhadores e a implantação de multinacionais especializadas na venda ou aluguer da força de trabalho.**

Se em tempos normais este modelo permite explorar mais os trabalhadores precarizados, em tempos de crise este modelo permite descartar quase instantaneamente e sem custos (para os capitalistas) centenas de milhares de trabalhadores.

A crise revela ainda outra realidade: face ao crescimento do desemprego, a nossa condição de proletários, de Homens e Mulheres que só conseguem sobreviver através da venda da nossa força de trabalho transformada numa mercadoria e com o preço a baixar. E lá estamos todos à rasca, e a sentir de novo o patronato a puxar-nos o cinto...

A liberalização só serve a liberdade dos ricos enriquecerem e a liberdade dos trabalhadores empobrecerem a trabalhar.

É preciso acabar com este modelo. Como? Primeiro, voltando a subir os limites impostos à exploração. Como? Como os fizemos subir antes, através da luta política e da luta económica, ou seja, conquistando leis que limitem a exploração e impondo ao patronato condições mais favoráveis aos trabalhadores na contratação colectiva. E nesse processo acumular a força necessária para acabar com a exploração.

Para que tal possa acontecer, é preciso que os trabalhadores se organizem. E sim, é preciso que tu te organizes, no Sindicato e no teu Partido, o PCP.

As câmaras da Teleperformance

Vários trabalhadores fizeram chegar ao PCP que a Teleperformance estava a instalar webcams nos computadores de quem está em teletrabalho, nomeadamente nos seus apartamentos (tem vários, principalmente para estrangeiros). O PCP colocou a questão à Comissão Nacional de Protecção de Dados, que de imediato anunciou um processo de averiguações, e informou ser completamente ilegal a monitorização do teletrabalho.

A repugnante Randstad

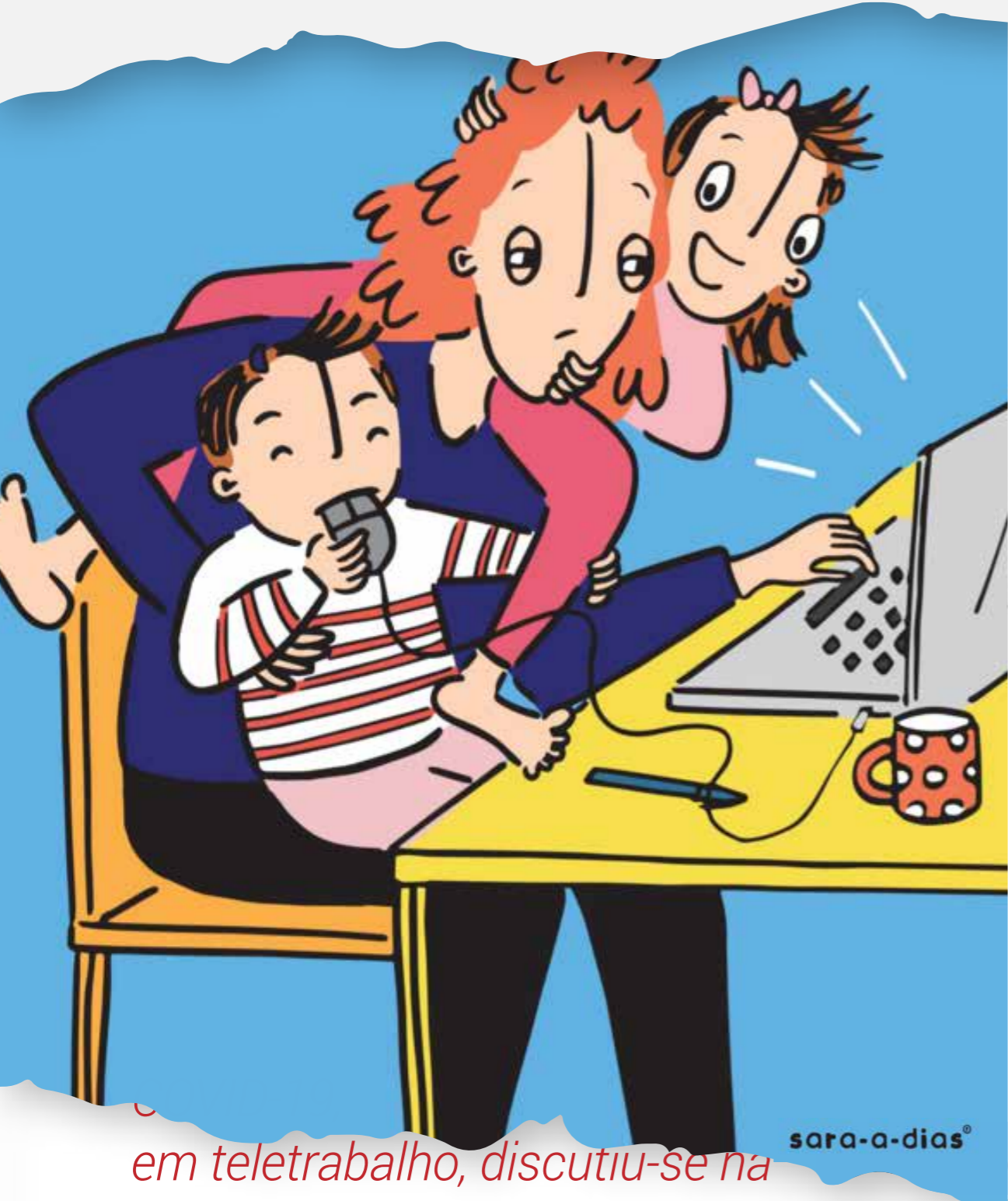
A Randstad registou 766 milhões de euros de lucros em 2019, amealhados em mais de 20 países e transferidos para a Holanda (quase todo o capital é holandês), onde também paga muitos dos seus impostos (como todas as empresas do PSI-20 "português").

Estes lucros são basicamente amealhados através de servir de intermediária no processo de precarização das relações laborais: a EDP em vez de ter o seu próprio call center com os seus próprios trabalhadores, subcontrata essa actividade

à Randstad, pagando-lhe uma parte do que deixa de pagar aos trabalhadores; e assim a PT, e assim a Galp, etc., etc; outras empresas contratam a Randstad para lhe alugar trabalhadores para diferentes «projectos», que ficam descartáveis assim que terminarem os mesmos.

Perante a actual crise, não hesitou em passar para os trabalhadores e para a Segurança Social os custos de qualquer redução conjuntural da actividade, enviando para o Lay-Off trabalhadores de serviços onde a procura se reduziu, mesmo mantendo o grosso da sua actividade a funcionar e os lucros.

E adoptou diversas práticas ilegais, em muitos coagindo os trabalhadores a aceitá-las «voluntariamente»: em vez de uma arma apontada à cabeça e a exigência «a bolsa ou a vida», é um senhor muito bem vestido que nos diz «antecipas as férias ou vais para o desemprego», «assina um novo contrato com menos horas ou ...», etc.



em teletrabalho, discutiu-se na Assembleia da República

O PCP apresentou propostas no sentido de garantir que, mesmo que um dos pais esteja em teletrabalho, o outro pode beneficiar do apoio para acompanhamento de filhos, propondo ainda o alargamento deste apoio até aos 16 anos, sem perda de rendimentos. A proposta foi chumbada por PS, PSD, CDS, CHEGA e IL, que impedem assim que haja um real acompanhamento das crianças, numa altura em que o 3.º período se realiza à distância, com todas as necessidades que isso implica.

TELETRABALHO

Solução conjuntural que não pode eternizar-se

O teletrabalho massificou-se como uma necessidade face às medidas para restringir o contacto entre pessoas. Mas há patrões (alguns até o escreveram «por engano») que já estão a pensar nas vantagens (para eles) do teletrabalho e do quanto poderiam ganhar com esse tipo de soluções (redução de custos fixos (renda do espaço, luz, internet), ainda maior desorganização dos trabalhadores, ainda maior flexibilidade e adaptabilidade, etc.). É preciso estarmos atentos e exigir que as empresas voltem à laboração normal presencial, tão depressa quanto as medidas de contenção da pandemia o permitam.

E, não te esqueças, em teletrabalho continuas a ter direito ao subsídio de alimentação!

"Teletrabalho é trabalho, coisa diferente é acompanhamento a um filho. As duas realidades não podem ser confundidas", refere Diana Ferreira, deputada do PCP que defende que este apoio deve ser entendido "como um direito da criança".

MEO/ALTICE manda milhares para o lay-off

O sector das telecomunicações está a ter a procura como nunca. De tal forma que as operadoras estão autorizadas a restringir alguns tipos de tráfego, tal o aumento da procura. É um aumento provocado pelo confinamento em casa e pelo teletrabalho, mas que tenderá a manter-se parcialmente.

É um escândalo que uma empresa (a Altice Portugal) que registou vendas em 2019 de 2110 milhões de euros, integrada num grupo (Altice Europa) que lucrou 291,1 milhões de euros em 2019, esteja a enviar trabalhadores para o Lay-Off, quer através da Intelcia (que pertence ao grupo) quer de outras empresas subcontratadas.